

Taxa básica de juros atinge 6,25% ao ano no mês de setembro

Na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central realizada entre os dias 21 e 22 de setembro, foi elevada em 1 p.p. a taxa básica de juros da economia (Selic), agora em 6,25% a.a. A elevação da taxa se deu conforme sinalização prévia da autoridade monetária. Esse é o quinto aumento consecutivo na taxa Selic, no ciclo de maior restrição monetária iniciado em março deste ano.

A decisão da elevação na taxa Selic se baseia principalmente pelo processo inflacionário, impulsionado por fatores endógenos, como a aceleração dos preços administrados, além dos riscos externos inerentes à economia brasileira para o horizonte de curto e médio prazo.

Inflação mantém resiliência no cenário interno

É observado pelo comitê que a persistência da inflação no Brasil é maior do que havia sido antecipado. A alta nos preços de bens industriais ainda é observada no curto prazo, sendo reflexo, sobretudo, de repasses de custos e restrições na oferta entre os diversos elos das cadeias produtivas. Portanto, um cenário de reversão nos preços internacionais de *commodities* seria benéfico para o país ao gerar certo alívio sobre a inflação brasileira.

Outro ponto que chama a atenção é o retorno das tradicionais atividades do setor de Serviços. Embora no geral o setor já tenha retomado o patamar pré-pandêmico, há atividades ligadas ao turismo e lazer que ainda se encontram aquém dos níveis observados em 2019. Posto isso, há a observância de que os preços dos serviços avançam a taxas elevadas.

O cenário fiscal também é observado com cautela pela autoridade monetária. A dificuldade de mensurar a dimensão dos impactos fiscais em variáveis como o câmbio e inflação afeta o grau apropriado de estímulo monetário e justifica medidas mais contracionistas.

Mercado de trabalho brasileiro no radar

Apesar da forte geração de empregos formais na economia brasileira no ano de 2021, computado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o momento se mostra desafiador para os formuladores de políticas públicas. O hiato observado entre os principais indicadores do mercado – PNAD Contínua e Novo Caged – evidencia cautela numa avaliação mais efetiva da recuperação do mercado de trabalho.

Diante deste cenário, o atual ritmo de aperto monetário é considerado adequado pela autoridade monetária no momento. O comitê já antecipa outro ajuste de 1 p.p. para a próxima reunião. A mudança no rumo da política dependerá da evolução da

atividade econômica e a menor resistência da inflação na convergência para a meta.

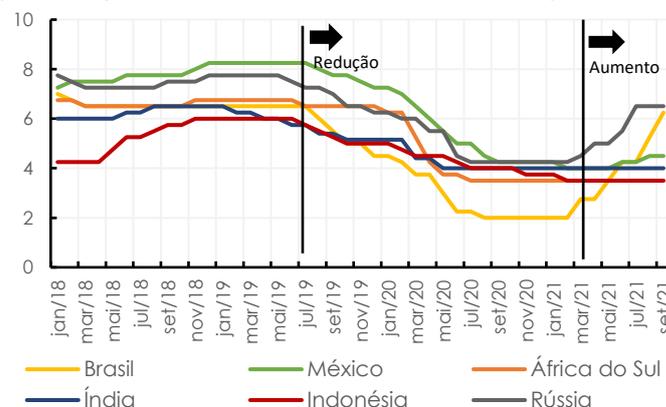
Cenário externo com maior aperto monetário

Com o início dos efeitos econômicos causados pela interrupção das atividades em nível global, massivos estímulos oferecidos pelas autoridades monetárias aos mercados de todo o mundo permitiram um retorno mais rápido da atividade econômica global. Entretanto, efeitos colaterais das medidas adotadas começam a se manifestar de forma mais perene. Surpresas inflacionárias recentes em economias desenvolvidas trazem um novo elemento de risco para o crescimento de economias emergentes, como a brasileira.

Passado o cenário mais negativo da pandemia, vê-se um movimento global de retirada de estímulos econômicos, implementados pelos Bancos Centrais de cada país, resultando em elevação nas taxas de juros e redução da liquidez na economia. Além das elevações já observadas em países emergentes, há também países desenvolvidos que já sinalizam possíveis elevações nas taxas no curto prazo, como é o caso nos EUA e Europa.

Política Monetária dos Bancos Centrais – países selecionados

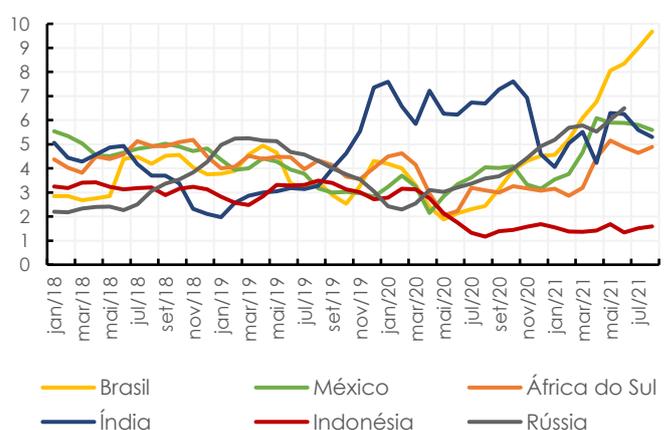
(Taxa de juros básica da economia anualizada)



Fonte: BIS (2021), BCB (2021) e Observatório FIESC

Taxa de Inflação (%) – países selecionados

(Acumulado 12 meses)



Fonte: BIS (2021), BCB (2021) e Observatório FIESC

Equipe Técnica

Maicon Luiz Brand

Marcelo Masera de Albuquerque

Mariana Correia Guedes

Thiago Rodrigues Lemos